



## **Uma breve abordagem acerca da articulação de metodologias e epistemologias na construção da teoria da estruturação de Anthony Giddens**

A brief approach on the articulation of methodologies and epistemologies in the construction of Anthony Giddens' structuring theory

**Antônio Danilo Santana<sup>1</sup>**

### **Introdução**

Segundo Thomas Kuhn, aqui abordado de uma maneira simplificada, as revoluções científicas ocorrem quando uma inovação no mundo do conhecimento sistematizado é capaz de levar à substituição de um paradigma por outro (KUHN, 2006). Neste sentido, entendo que a empreitada de Anthony Giddens, ao buscar organizar sua teoria da estruturação, uma teoria voltada a dar conta ao mesmo tempo da agência dos indivíduos e da estrutura social, seria, conscientemente ou não, uma tentativa de revolucionamento da sociologia. E, embora o sociólogo inglês, ao longo de sua obra *A constituição da sociedade* (1984), demonstre mais proximidade com a tradição interpretativa weberiana, há muitos momentos em que elementos das outras duas grandes tradições sociológicas clássicas, o marxismo e a corrente durkheimiana, parecem exercer forte influência no seu texto. Isso fica claro na sua noção de dualidade da estrutura. Ao construir esta noção, e de uma maneira didática, Giddens opera, em nosso entendimento, dentro das três grandes tradições sociológicas, o que buscarei justificar ao longo do texto.

De uma maneira geral, entendo que a teoria da estruturação pode e deve ser vista como uma espécie de teoria totalizante, no sentido de buscar dar conta de todas as grandes temáticas sociológicas consolidadas. Teríamos, então, uma tentativa de construção de uma espécie de versão moderna das grandes teorias clássicas sociológicas, esta agora voltada a dar conta da sociedade capitalista industrialmente avançada. Esse movimento do autor em busca da montagem de uma teoria global se dá, como demonstrarei no decorrer do artigo, com a incorporação crítica das três grandes correntes sociológicas clássicas como esforço de compreensão da dialética entre agência individual e estrutura.

---

<sup>1</sup> Bacharel e mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA e Especialista em Ciência Política pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: danilo.sociologo@gmail.com

Ao abordar a noção de dualidade da estrutura, o papel das instituições e a concepção de poder segundo a teoria da estruturação, tentarei demonstrar a influência das três grandes tradições sociológicas nessa construção teórica, mas, mais que isso, buscarei apontar, de um modo apenas indicativo, e não aprofundado, as tentativas de criação dialógica de uma perspectiva realmente autêntica a partir de uma metodologia dinâmica e plural, um recurso epistemológico arrojado de Giddens. Por se tratar de um artigo, espero que as limitações do formato não impeçam que as ideias centrais do artigo sejam expressas de maneira satisfatória, enfim.

### **A dualidade da estrutura: o passeio metodológico entre o funcional/estruturalismo e a hermenêutica/fenomenológica na construção de uma noção**

A construção de conceitos é, muito provavelmente, uma tarefa sempre mais complexa e árdua nas ciências humanas do que nas chamadas ciências naturais ou físicas, em parte devido ao caráter subjetivo e seu potencial dinamismo no interior de uma dada realidade, em parte devido às dificuldades mesmas, na realidade social, de se traçar uma linha consensual entre um fenômeno A com uma causa B e uma consequência C. Um exemplo explícito disso pode ser visto na economia, onde o problema de endividamento do Estado e do gasto público é visto de uma forma por uma tradição monetarista ou neoclássica e sob outro ângulo pelos economistas de linha keynesiana e, ainda, pelos marxistas. Do mesmo modo, dentre muitos outros, temos um exemplo bem nítido desta multiplicidade explicativa na ciência política, quando observamos como uma mesma política pública é compreendida pela tradição neomarxista, a qual sempre enfatiza o caráter de classe na formulação de toda política por parte do Estado; assim como pelos neoinstitucionalistas, que tendem a priorizar o caráter moldador das instituições sobre as políticas públicas; ou, ainda, a partir da tradição da teoria dos sistemas, que, de uma maneira geral, entende a construção de tais políticas como uma soma de ações processadas, filtradas e condicionadas no interior de um sistema social e de seus subsistemas, no caso, a máquina administrativa do Estado, que atuaria ao lado dos sistemas jurídico, econômico etc. e de seus respectivos subsistemas.

Nas ciências naturais, ao contrário dos exemplos acima, há certo consenso acerca dos fenômenos, e, embora isso não se dê de modo absoluto e nem tampouco estanque, o dinamismo dos processos estudados tendem a comportar maior nível de previsibilidade do que os fenômenos sociais. Este tem sido um problema muito estudado na literatura científica e filosófica a partir, sobretudo, da primeira metade do século XX, por pensadores como Gaston Bachelard, Karl Popper, Thomas Kuhn, entre outros, e não pretendo aqui me alongar no tema, devido à falta de espaço para tal aprofundamento no presente trabalho.

Recorri a tais diferenciações para demonstrar como é construída a noção de dualidade da estrutura de Giddens, como ele se vale do caráter dinâmico da teoria social, portanto da ciência humana, de uma maneira ampla, para atacar tanto as análises concentradas em demasia na subjetividade quanto aquelas focadas em excesso no caráter estrutural dos fenômenos sociais, propondo, ao mesmo tempo, um dinamismo de tipo novo, isto é, um dinamismo calcado na relação entre a intencionalidade, a contingência e o caráter muitas vezes não intencional da ação social, de um lado, e a força da estrutura sobre os agentes expressa através das práticas estruturadas, reproduzidas e retroalimentadas nas rotinas, na linguagem, nas interações entre sistemas etc., de outro.

A dualidade da estrutura pode ser sintetizada da seguinte maneira, segundo as palavras do próprio sociólogo inglês:

Ao reproduzirem propriedades estruturais (...) os agentes também reproduzem as condições que tornaram possível tal ação. A estrutura não tem existência independente do conhecimento que agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados.<sup>2</sup>

Analisarei este fragmento acima exposto com vistas a demonstrar 1) o dinamismo de novo tipo proposto pelo autor para a teoria social e 2) a influência das três grandes tradições sociológicas na construção da noção em questão.

Quando Giddens nos diz que “ao reproduzirem propriedades estruturais (...) os agentes também reproduzem as condições que tornaram possível tal ação (...)”, entendo que ele esteja trabalhando com a lógica marxiana de que os homens constroem a história, mas sob condições materiais herdadas de gerações passadas e que os condicionam e lhes impõem certos limites (MARX, 2010). Noutros termos, na versão de Giddens, os agentes reproduzem a própria estrutura, mas sob condições já estruturalmente existentes. Tal perspectiva de fundo marxista demonstra como, embora a partir dos anos 1960 e até a década de 1980 e, em menor grau, a de 1990, o marxismo tenha virado quase um sinônimo de estruturalismo, a agência dos indivíduos também possuía espaço nas formulações de Marx, provavelmente bem mais do que nas de Durkheim, por exemplo. A máxima materialista de que os indivíduos fazem a história, mas sob condições sob as quais não possuem total controle, sobretudo se considerarmos não indivíduos localizados, mas coletivos sociais vistos sob a ótica geracional, pode ser uma máxima interpretada em Giddens como a de que os homens produzem a estrutura, embora, ao mesmo tempo, sejam por ela condicionados e a condicionem enquanto o são.

No tópico em que trata especificamente da dualidade da estrutura, em sua obra supracitada, o sociólogo da terceira via assinala três elementos componentes de tal noção: a estrutura, o(s) sistema(s) e a estruturação. Por estrutura, ele entende “as

---

<sup>2</sup> GIDDENS, 1984, p. 31.

práticas e recursos, ou conjuntos de relações de transformação, organizados como propriedades de sistemas sociais” (GIDDENS, 1984, p. 29). Já o(s) sistema(s) é ou são concebidos como “relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares” (Idem, 1984). Por fim, Giddens entende estruturação como “condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais” (Idem, 1984). E é precisamente na noção de estruturação, aliada ao fragmento “(...) entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados (...)”, parte do outro fragmento já exposto acima, que denota a influência durkheimiana na teoria da estruturação.

A sociologia de Durkheim pode ser tida, de uma maneira geral, como uma sociologia que privilegia as práticas, ritos, regras e demais formas de manifestações regulares coletivas sobre as ações dos indivíduos. Com isto, não estou aqui dizendo que não há espaço algum para a ação individual nesta corrente sociológica, mas afirmando que os constrangimentos e mecanismos de reprodução da vida em coletividade acabam sempre tendo um enfoque maior na análise do sociólogo francês do que as iniciativas dos agentes tomadas de maneira individual. Ao abordar o poder das regras e demais dispositivos coletivos na teoria da estruturação, e especificamente na noção de dualidade da estrutura, Giddens deixa claro que “a estrutura não é ‘externa’ aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo sentido, mais ‘interna’ do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano” (GIDDENS, 1984, p. 30).

As estruturas só podem ser apreendidas nas práticas, a exemplo das estruturas de classe, estruturas específicas e consolidadas analiticamente pela tradição marxista, das quais Giddens não nega a existência, e que são entendidas pela maior parte dessa tradição, principalmente após os anos 1970, como estruturas que só podem ser percebidas na luta de classes, isto é, na ação prática de indivíduos agindo em coletividade (POULANTZAS, 2009). Neste ponto, por outro lado, estruturas são vistas em sua dimensão significativa, como códigos de linguagem, rotinas, e, quando persistem significativamente no tempo e espaço, como instituições (GIDDENS, 1984). Portanto, códigos enunciativos agindo como mecanismos aos quais as ações reflexivas dos indivíduos recorrem para atingir determinados fins, mesmo que não consigam atingi-los ou mesmo que ajam sem consciência de seus objetivos últimos, enfim, são estruturas pelas quais a integração entre sistemas e a reprodução da vida social se dá. Segundo a teoria da estruturação, neste sentido, tais códigos são estruturas que fornecem as condições dessa reprodução no espaço-tempo e que, neste mesmo movimento, são repostas e atualizadas à medida em que servem às práticas sociais (Idem, 1984). Como se pode observar, há, conscientemente ou não, uma influência da dialética de base hegeliana na construção da noção de dualidade da estrutura e mesmo da teoria da estruturação, tomada de uma maneira mais ampla.

No tocante à influência weberiana, pode-se dizer que esta é possivelmente a maior na construção da teoria da estruturação de Giddens, mas mais pela forte preocupação do autor em se posicionar mais próximo ao campo hermenêutico do que do funcional/estruturalismo ou estrutural/funcionalismo, e menos por uma hegemonia clara desta na construção da teoria em sentido estrito, como procurei apontar até aqui – entendendo que é muito difícil afirmar que na construção teórica em si, Giddens tenha utilizado mais do weberianismo do que das outras duas grandes tradições clássicas, mas seu posicionamento no sentido de tentar dar destaque mais aos agentes e suas práticas talvez o façam dialogar mais com Weber, mesmo que, na prática, o fato de precisar recorrer a esquemas metodológicos baseados em Marx e Durkheim torne essa abordagem pretensamente mais localizada na agência como algo indissociável tanto das 1) regras e mecanismos de coerção coletiva e individual, quanto das 2) condições materiais e simbólicas de reprodução da realidade, condições, na prática, limitadoras das ações dos agentes. Noutros termos, embora, ao defender uma mescla analítica de agência e estrutura como novo paradigma sociológico e mesmo procurando se posicionar mais próximo do campo interpretativo e fenomenológico do que das tradições estruturalistas e funcionalistas para assim fazer sua operação epistemológica, na prática Giddens necessita recorrer às três tradições de modo equilibrado para a construção de sua teoria da estruturação.

Assim, no fragmento anteriormente aqui exposto que bem define a ideia de dualidade da estrutura, nota-se com clareza a forte influência hermenêutica weberiana, por fim, quando o autor afirma que a estrutura não existe em separado do conhecimento dos agentes acerca das atividades do cotidiano (GIDDENS, 1984). Aqui se observa que Giddens conserva de Weber certo cuidado no entendimento dos indivíduos como sujeitos capazes de racionalizar, de entender ou mediar as relações com outros indivíduos e de operar na estrutura, a qual ele analisa lançando mão da noção de cognoscitividade, que se expressa em princípios estruturantes (Idem, 1984). A reflexividade pode, assim, ser identificada como essa capacidade de cada ser humano saber lidar com a realidade dentro dessas estruturas de significação (linguagem, jogos, práticas econômicas etc.). Em certo sentido, não haveria uma diferença essencial entre um indivíduo leigo e um sociólogo no trato das questões sociais, segundo o autor britânico, mas somente uma diferença quanto a sofisticação e rigor metodológico comumente encontrados em maior grau nas análises do cientista social (Idem, 1984).

### **As instituições e a reversibilidade do tempo**

No limite, a influência da sociologia compreensiva weberiana na formulação da teoria da estruturação de Giddens pode ser entendida em seu grau máximo no lugar que as instituições ocupam no seio deste construto teórico, sobretudo quando o autor mergulha na questão de cunho filosófico da temporalidade (lembremos que Weber dialogou com tradições hermenêuticas de cunho fenomênico para desenvolver sua

perspectiva compreensiva), quando afirma que “o tempo reversível das instituições é a condição e o resultado das práticas organizadas na continuidade da vida diária, a principal forma substantiva de dualidade da estrutura” (GIDDENS, 1984, p. 42). Esta passagem complementa e contrapõe outra em que o estudioso aponta o caráter irreversível da vida individual. As instituições, portanto, assim como *durée* (Idem, 1984) da experiência cotidiana (rotinas, encontros etc.), são, ao contrário do tempo de vida individual, reversíveis, conforme Giddens.

Em princípio, pode-se entender como sendo uma contradição o fato de as experiências, por serem experiências de indivíduos, serem postas pelo autor no campo do tempo reversível, já que, ao contrário das instituições que duram por gerações, estas estariam presas a agentes individuais localizados. Entretanto é na maneira como devem ser concebidas tais experiências que devemos buscar compreender o fato de elas serem reversíveis, ou seja, estas não devem ser compreendidas enquanto repertórios pertencentes a indivíduos específicos, isolados, mas antes como um arcabouço de práticas que recorrem a um repositório de significações que se repetem de modo mais ou menos variado no espaço-tempo (GIDDENS, 1984).

Como a estrutura só pode ser percebida e só existe nas práticas, a meu ver Giddens defende, ainda que não diretamente, que sua reversibilidade é a própria manifestação da estruturação, isto é, a estrutura se atualizando nas práticas e ao mesmo tempo condicionando-as, moldando-as. Em síntese, se a vida individual é finita e irreversível, na teoria da estruturação os estoques de experiência e as instituições, ao contrário, são reversíveis, já que atualizáveis e transformáveis ao longo das gerações. Em meu entendimento, a ação dos agentes, portanto, deve ser compreendida numa dupla dimensão, na teoria de Giddens, para além da dualidade da estrutura, isto é, em suas especificidades e possibilidades subjetivas finitas – cada ser humano tem seus tipos de experiências intimistas muito particulares – e enquanto um mecanismo que, ao ser posto em prática, reativa e atualiza todo um estoque de experiências inter-geracionais, algo que se perpetua na repetição ancorada em regras, rotinas, códigos de linguagem etc.

## **O poder na teoria da estruturação**

Em Foucault (2004), ao contrário do que ocorre nas tradições marxista e anarquista, por exemplo, o poder não necessariamente representa um fenômeno moralmente ou mesmo materialmente prejudicial à sociedade ou frações dela. Neste sentido, Giddens concorda com o filósofo francês ao conceber a dimensão não necessariamente conflitiva do poder (GIDDENS, 1984). Segundo o autor inglês, nem sempre as relações de poder devem ser vistas como inerentes a ambientes ou situações de conflito:

“Dominação” e “poder” não podem ser considerados unicamente em termos de assimetrias de distribuição, mas têm de ser reconhecidos como inerentes na associação social (ou, diria eu, na

## Uma breve abordagem acerca da articulação de metodologias e epistemologias na construção da teoria da estruturação de Anthony Giddens

ação humana como tal). Assim, e neste ponto devemos também levar em conta as implicações dos escritos de Foucault –, o poder não é um fenômeno inerentemente nocivo nem apenas a capacidade de “dizer não”; a dominação tampouco pode ser “transcendida” em alguma espécie de suposta sociedade do futuro, como tem sido aspiração característica de, pelo menos, algumas correntes do pensamento socialista.<sup>3</sup>

Como se observa, a posição referente à impossibilidade de transcendência do fenômeno do poder põe nitidamente Giddens em contraposição a um pressuposto essencial de parcela significativa das chamadas teorias críticas mais tradicionais (marxismo e anarquismo), como o mesmo aponta diretamente no fragmento acima. No entanto, curiosamente, com relação ao materialismo histórico, o pensador inglês não defende um descarte ou a simples substituição dos pressupostos marxianos acerca do poder, mas uma espécie de reconstrução dos mesmos.

Giddens, em discordância com o que chama de teorias evolucionistas, neste caso, especificamente o marxismo e o utilitarismo liberal, ambas tradições tendentes a enxergar o poder como algo do qual a sociedade deve se afastar ou tentar amenizar, recorre a Parsons para afirmar que “o poder é a capacidade de obter resultados; se estes se encontram ou não ligados a interesses puramente seccionais nada tem a ver com sua definição” (GIDDENS, 1984, p. 302). E, seguindo na crítica ao que chama de teorias sociais evolucionistas, amplia a noção de recursos, entendidos aqui como estruturas de dominação, apontando para o fato de que tais teorias somente concebem os recursos enquanto estruturas de dominação ou de poder quando estes são alocativos (matérias-primas, fontes de poder material, instrumentos de produção, artefatos etc.), não admitindo a relevância do que nomeia de recursos autoritários (organizações humanas em associações, constituição de oportunidades de desenvolvimento pessoal etc.), (Idem, 1984)

Ao longo do tópico em questão, no entanto, não fica claro a reconstrução dos pressupostos marxianos acerca do poder proposta pelo autor nos seus primeiros parágrafos, mas antes uma ampliação da importância dos recursos para a circularidade e expansão do poder, donde os recursos autoritários passam a ser por ele defendidos como tendo o mesmo grau de importância que os recursos alocativos, enquanto mecanismos de mudança social:

(...) a história humana pareceria (e foi frequentemente feita para parecer) uma sequência de expansões das “forças de produção”. O aumento dos recursos materiais é fundamental para a expansão do poder, mas os recursos alocativos não podem ser desenvolvidos sem a transmutação de recursos autoritários, e estes últimos são, sem dúvida, pelo menos tão importantes quanto os primeiros no fornecimento de “alavancas” de mudança.<sup>4</sup>

Como se observa, o autor não concebe a dimensão autoritária como imbricada na própria dominação através dos recursos. Ao mesmo tempo, embora dê indícios da relação

---

<sup>3</sup> GIDDENS, 1984, p. 37.

<sup>4</sup> GIDDENS, 1984, p. 306.

entre domínio via recursos autoritários e alocativos, deixa em aberto o caráter de articulação necessária entre ambos os agentes possuidores dos dois tipos de recursos e mesmo entre ambos os tipos recursivos. O que poderia ser pacificado, a meu ver, se Giddens houvesse optado por tomar como exemplo as dimensões da alta burocracia do Estado (domínio de recursos autoritários e, secundariamente, alocativos) e do alto empresariado de um país (primordialmente detentores de recursos alocativos).

### Considerações finais

A teoria da estruturação de Anthony Giddens pode ser entendida como uma tentativa de síntese de tradições sociológicas distintas a partir da recepção crítica da epistemologia das três grandes correntes fundantes desta ciência, isto é, o marxismo, a sociologia compreensiva weberiana e o funcionalismo durkheimiano. Como hábil intérprete dos clássicos, o sociólogo inglês passou, numa etapa posterior de sua carreira intelectual, à tarefa de sintetizar criticamente suas obras no sentido de manter uma espécie de estoque epistemológico sistematizado voltado à construção de uma teoria totalizante direcionada a alcançar respostas que tais teorias clássicas não alcançaram. Nesse esforço, utilizando de todo o dinamismo interpretativo característico do modo de fazer ciências humanas, Giddens entrelaçou metodologias distintas e ousou uma reinterpretção de amplas categorias sociológicas relativamente estáveis, como estrutura, sistema, poder e mesmo a dicotomia objetividade/subjetividade.

Como toda empreitada que se pretende inauguradora de um novo paradigma, a teoria da estruturação busca abordar temas os mais diversos possíveis, no intuito de abarcar as grandes variáveis do campo epistemológico ao qual trata de maneira relativamente equilibrada. Isso fica claro ao longo dos tópicos e capítulos que estudei de *A constituição da sociedade*. O que não me parece nítido, no entanto, é o potencial de operacionalização desta teoria em pesquisa social, algo já salientado por Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva em seu artigo *Entre a Epistemologia e a Ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens* (2014), no qual o mesmo levanta a hipótese de que a teoria da estruturação seria eficaz em gerar dispositivos interpretativos das pesquisas sociológicas, “mas a teoria em si não gera programas de pesquisa, nem fornece recursos para tentativas de explicação” (SILVA, 2014, p. 129).

Por fim, considero, mesmo com suas insuficiências, que a teoria da estruturação é inegavelmente um dos grandes esforços teórico-metodológicos da sociologia da segunda metade do século XX. Apesar de sua pretensão de se constituir enquanto novo grande paradigma sociológico, à época, acredito que, embora tenha trazido esforços epistemológicos autênticos, não se trata de uma obra com muito mais inovação que obras como *O processo civilizador I e II*, de Norbert Elias, *A economia das trocas simbólicas*, de Pierre Bourdieu ou *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas, todos estes, grandes tratados sociológicas também da segunda metade do século passado.



## Referências

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2006.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas, São Paulo, SP: Centauro Editora, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima, São Paulo, SP: Paz & Terra, 2009.

SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro da. **Entre a Epistemologia e a Ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 2, pp. 126-136, 2014.